



GÊNERO E EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS NO IFPA-ABAETETUBA: desafios e possibilidades da construção de conhecimentos discentes através do evento do Dia Internacional das Mulheres

Eixo Temático 02: A temática de gênero e sexualidades no cotidiano dos institutos federais de educação: intervenções e deslocamentos

Rayana Nadyr Lucena Callou¹
Débora Aquino Nunes²

RESUMO

Este artigo analisa a construção de saberes sobre gênero no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), campus Abaetetuba, com alunos do 3º ano do ensino médio, a partir do evento alusivo ao dia internacional das mulheres. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, que utilizou levantamento bibliográfico, análise de relatórios discentes e Análise Textual Discursiva (ATD). Após as análises, emergiram duas categorias principais: “Dinâmicas patriarcais e o poder sobre os corpos” e “Resistência e enfrentamento à violência de gênero”. Os resultados indicam a importância de espaços coletivos de debate para desconstrução de hierarquias de gênero e promoção de práticas educativas inclusivas, alinhadas à justiça social e aos direitos humanos.

Palavras-chave: Gênero; Patriarcado; Educação para os direitos humanos.

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição moderna inserida no contexto colonial-capitalista, nasce com o objetivo de disciplinar corpos e organizar saberes segundo os interesses do desenvolvimento burguês na Europa (Foucault, 1977). Sua estrutura e funcionamento continuam, em muitos aspectos, a refletir essa lógica. O modelo educacional ainda predominante, denunciado por Freire (2019) como “educação bancária”, se materializa em salas de aula organizadas hierarquicamente: o docente em pé, à frente, e os discentes enfileirados, receptores passivos do conhecimento.

¹ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), rayana.callou@ifpa.edu.br;

² Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), debora.aquino@ifpa.edu.br;



Historicamente, a escola foi espaço de exclusão e estratificação social, reservando-se à elite a formação intelectual, enquanto a educação profissional, como a ofertada pelas escolas de artífices – origem dos atuais Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – era direcionada à formação técnica da juventude trabalhadora, com ênfase em atividades manuais desvalorizadas pelo sistema capitalista.

Além da dimensão de classe, a escola atua como espaço de produção e reprodução de desigualdades de gênero, raça e sexualidade. Os corpos são moldados por normas, sejam elas explícitas ou simbólicas, que determinam desde o tipo de uniforme até os modos de sentar, correr, ocupar espaços e representações presentes nos materiais didáticos. A sexualidade e o gênero são, portanto, performados sob vigilância e disciplina, reafirmando padrões normativos (Louro, 2000).

Diante disso, instrumentos legais vêm sendo criados para fomentar uma educação comprometida com os direitos humanos e a justiça social. Entre eles, destacam-se a LDB (Lei 9.394/96), a BNCC, a Lei 10.639/03, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e o Plano de Promoção da Cidadania LGBT. Essas normativas reforçam a importância de abordar, de forma transversal e crítica, questões de diversidade e identidades, enfrentamento à violência e desigualdades nas escolas.

No âmbito do IFPA, a Resolução CONSUP 706/2022 criou os Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NEGED), instituindo o 8 de março como data fixa para ações voltadas às lutas das mulheres. Cabe frisar que até novembro de 2024, o campus do IFPA Abaetetuba ainda não tinha instituído o NEGED, porém projetos de pesquisa e extensão com essa temática já vinham sendo desenvolvidos, como forma de consolidar espaços de discussão e formação crítica.

Nesse sentido, este artigo analisa o processo de construção dos saberes sobre gênero no IFPA-Abaetetuba, tendo como foco o evento “Dia Internacional das Mulheres” realizado no primeiro semestre de 2023.¹ A pesquisa justifica-se tanto pela relevância do tema quanto pela necessidade de publicizar práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos, contribuindo para a formação cidadã e emancipatória.



Tomamos como base os estudos feministas e decoloniais, que questionam a naturalização dos papéis sociais e a constituição de um sujeito universal do conhecimento – branco, cis, heterossexual e europeu (Rose, 1993; Lugones, 2014; Butler, 2003, 2018). Ao compreender o gênero como uma construção social e discursiva, atravessada por relações de poder, abrimos espaço para refletir criticamente sobre as representações, identidades e violências que permeiam o cotidiano escolar (Louro, 2000).

É importante frisar que este artigo se debruça sobre o estudo e promoção de espaços e momentos de debate sobre as teorias críticas do feminismo, como as destacadas acima. Abordar o gênero e as sexualidades nas escolas brasileiras é uma demanda institucional que é acompanhada por instrumentos legislativos. Sob o guarda-chuva dos direitos humanos, tais temas ganham conotações transversais nos currículos e espaços específicos nos campi para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o espaço escolar pode ser importante promotor das transformações sociais e construção de conhecimentos emancipatórios e críticos em face da educação corporificada antirracista e antissexista que considera as diversidades e promova a justiça social. Assim, este texto está organizado em quatro partes: conceitos centrais da pesquisa, metodologia adotada, análise e discussão dos resultados, e, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório (Gil, 2010), por buscar compreender como estudantes do ensino médio integrado do IFPA – Campus Abaetetuba constroem significados sobre questões de gênero a partir da vivência em um evento formativo. A abordagem qualitativa é adequada nesse caso por considerar os sujeitos como produtores de sentidos a partir de suas experiências (Minayo, 2017).

O campo empírico foi o próprio campus do IFPA, tendo como participantes os discentes da 3ª série dos cursos técnicos de Meio Ambiente, Informática e Manutenção e Suporte em Informática. Os dados foram produzidos a partir de 16 relatos analíticos escritos por estudantes após o evento “Desconstruir o gênero é defender os direitos de todas, todos e todes”, realizado em 2023. A programação incluiu mesas de discussão, oficinas e palestras com foco em gênero, violência e direitos.



Os relatos foram produzidos em ambiente escolar, com mediação docente, e integraram as ações pedagógicas do evento. A análise dos dados baseou-se na Análise Textual Discursiva (ATD), conforme Moraes e Galiuzzi (2016), estruturada em três etapas: unitarização, categorização e produção do metatexto. Foram identificadas unidades de sentido nos textos, codificadas para organização analítica (ex: R3US2, onde R3 = Relatório 3, US = Unidade Significativa, 2 = ordem da unidade).

Inicialmente, emergiram quatro categorias: (1) O poder sobre os corpos; (2) Formas de atuação do machismo; (3) Como combater a violência de gênero; (4) A importância da luta por direitos. Posteriormente, essas categorias foram reorganizadas em dois eixos analíticos: a) Dinâmicas patriarcais e o poder sobre os corpos; b) Resistência e enfrentamento. O anonimato dos sujeitos foi garantido por meio da codificação dos relatos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados e discutidos os principais achados da análise dos relatórios discentes, organizados em torno de duas categorias analíticas que emergiram a partir do processo de unitarização e categorização do corpus: (1) Dinâmicas patriarcais e o poder sobre os corpos e (2) Resistência e enfrentamento: estratégias contra a violência de gênero. As categorias são compreendidas como eixos interpretativos que possibilitam a compreensão tanto das tecnologias de dominação de gênero internalizadas quanto das práticas discursivas de resistência expressas pelos(as) estudantes.

Dinâmicas patriarcais e o poder sobre os corpos

Os relatos revelam que, a partir da vivência nas atividades do evento alusivo ao dia internacional das mulheres, os estudantes reconheceram aspectos centrais da dominação patriarcal, especialmente em relação ao controle dos corpos femininos, à desigualdade estrutural e à violência de gênero em suas múltiplas formas.

As narrativas demonstram um deslocamento da percepção naturalizada desses fenômenos para uma compreensão crítica, muitas vezes marcada por espanto ou indignação.



Por exemplo, em R1US1, lê-se: *“Mulheres e pessoas com útero devem ter plenos direitos sobre seus corpos e devem ser amparadas por lei para poderem decidir livremente.”* A ênfase na autonomia corporal remete diretamente ao direito à decisão sobre a reprodução e à crítica a políticas restritivas, articulando-se com a concepção de gênero como uma construção política, conforme defendido por Scott (2021).

A violência é descrita como uma presença difusa e multiforme na vida das mulheres, como em R3US1: *“Há uma diversidade de tipos de violência [e] as vítimas não têm ciência de que estão sendo submetidas a tais agressões, o que é doloroso.”* Essa fala revela o quanto o desconhecimento e a banalização da violência dificultam o reconhecimento e o enfrentamento das agressões (Graham, 2021). Em R6US2, o enunciado reforça o papel estruturante do patriarcado: *“O patriarquismo sempre se manteve presente na sociedade, onde as mulheres deveriam ser submissas a esse sistema...”*, apontando para a perpetuação de papéis sociais subordinados atribuídos às mulheres.

A noção de corpo como território político é central nas análises feministas contemporâneas, como propõe Butler (2018), para quem os corpos estão sujeitos a normas reguladoras que delimitam o que é reconhecido como vida digna. Os estudantes evidenciam essa normatividade ao se referirem à objetificação e à propriedade simbólica das mulheres, como em R13US1: *“Mulher como objeto sexual ou como qualquer coisa que se possa pertencer ou tomar posse”*.

Resistência e enfrentamento: estratégias contra a violência de gênero

Em contraponto às manifestações de dominação, a análise também evidenciou discursos de resistência e tomada de consciência política. Os estudantes mobilizaram o conhecimento adquirido nas atividades do evento para refletir sobre práticas transformadoras e reivindicações de direitos, configurando o que Paulo Freire (1979) nomeia como processo de conscientização.

Um exemplo significativo é o trecho R2US5: *“Educação sexual não é um estímulo e sim prevenção. Ensinar onde pode e onde não se pode deixar que outros toquem pode prevenir de certa forma o abuso infantil.”*



Essa compreensão reforça a importância da educação para os direitos humanos como ferramenta de proteção e empoderamento. Ao mesmo tempo, em R11US4, destaca-se: *“É importante e necessário o acompanhamento psicológico para superar traumas resultantes de abusos...”*, apontando para a necessidade de políticas públicas integradas no enfrentamento à violência.

Há também uma reinterpretação do significado do 8 de março, deslocando-o do lugar simbólico de homenagem romântica para uma dimensão de luta, como em R14US1: *“O dia das mulheres é romantizado. O dia da mulher não [deve ser visto] como um dia de privilégios e elogios, e sim como uma forma de resistência.”* Esse entendimento crítico se alinha às proposições de Bell Hooks (2019), para quem o feminismo é, sobretudo, uma luta ética e política por justiça.

Outro ponto recorrente nos relatos é o reconhecimento das conquistas históricas como fruto da luta coletiva e contínua das mulheres, como expressa R6US3: *“Estamos em constante luta, e vencemos a cada dia pois temos a esperança de alcançarmos cada vez mais nossa liberdade e igualdade na sociedade de hoje e nas futuras gerações”*; e em R14US2 *“A luta delas é a nossa luta, sua força é passada de geração a geração.”* Tais discursos revelam uma vinculação identitária com movimentos feministas e a percepção da luta como intergeracional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os sentidos atribuídos pelos estudantes do IFPA – Campus Abaetetuba às questões de gênero, a partir de suas experiências no evento alusivo ao dia internacional das mulheres, promovido no primeiro semestre de 2023. A partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada nos estudos feministas e decoloniais, buscou-se compreender como o espaço escolar pode atuar na produção de saberes críticos e emancipatórios.

A análise dos relatos revelou que os estudantes conseguiram identificar as estruturas patriarcais que regulam os corpos e impõem desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que demonstraram capacidade de refletir criticamente e propor estratégias de enfrentamento para a construção de uma sociedade e uma escola que visa



a emancipação humana e não os disciplinamentos dos corpos com base em um modelo imposto masculinista cis-heteronormativo (Louro, 2000).

Esta pesquisa, portanto, contribui para evidenciar que ações formativas, com a promoção de eventos extensionistas como o relativo ao Dia Internacional das Mulheres, não só podem como devem fazer parte da formação cidadã e política dos estudantes brasileiros, pois são nesses momentos que os saberes transdisciplinares que envolvem diretamente o corpo acadêmico podem ser debatidos de uma maneira comunitária. Entende-se que a escola pode ser um importante espaço de produção de saberes ligados aos direitos humanos e tais saberes devem considerar diretamente as questões de gênero e suas intersecções com a classe e raça.

Por fim, destaca-se a necessidade de que eventos como o aqui foi analisado não ocorram de forma pontual ou isolada, mas integrem um projeto político-pedagógico comprometido com a equidade de gênero, a valorização da diversidade e a construção de uma educação emancipadora. Além disso, a consolidação de núcleos como o NEGED, bem como o incentivo à produção de conhecimento crítico, mostram-se essenciais para que o IFPA avance no compromisso com os direitos humanos e a justiça social.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Notas para uma performatividade do gênero. In: SERIO, Andrea. **Corpo em questão: feminismo e teoria queer**. São Paulo: Editora Annablume, 2018. p. 13-40.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. São Paulo: Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184p.



GRAHAM, Dee L. R. **Amar para sobreviver:** mulheres e a síndrome de estocolmo social. São Paulo: Editora Cassandra, 2021.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero.** Tradução de Ana Claudia Pereira de Souza. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 1-15, 2014.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva.** 3. ed. Revisada e Ampliada. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

ROSE, Gillian. **Feminismo e geografia:** o espaço das diferenças. São Paulo: Editora Annablume, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** ainda é uma categoria útil de análise? *Albuquerque: Revista de História*, Campo Grande, v. 13, n. 26, p. 177-186, jul./dez. 2021.